



CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS
MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE
SECRETARIA DE RECURSOS HÍDRICOS E AMBIENTE URBANO

Parecer Técnico nº 02/2016/CTPNRH/CNRH/MMA

Assunto: Proposta de Resolução que estabelece o conteúdo mínimo do “Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos do Brasil”.

1. INTRODUÇÃO

1.1. A Resolução CNRH nº 58, de 2006, aprovou o Plano Nacional de Recursos Hídricos - PNRH, composto dos seguintes volumes: I – Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil; II – Águas para o Futuro: Cenários para 2020; III – Diretrizes; e IV – Programas Nacionais e Metas. A referida Resolução estabeleceu, ainda, que o PNRH deve ser revisto a cada quatro anos, para orientar a elaboração dos Planos Plurianuais - PPAs federal, estaduais e distrital e seus respectivos orçamentos anuais e que a revisão do PNRH deverá contemplar os volumes I, II, III e IV.

1.2. Ademais, a Resolução nº 58 estabelece que a Agência Nacional de Águas – ANA deve elaborar anualmente, bem como dar publicidade, a relatório denominado “Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil”, cujo conteúdo mínimo será definido em Resolução do Conselho Nacional de Recursos Hídricos – CNRH, proposta por sua Secretaria Executiva. A compilação dos referidos Relatórios de Conjuntura, a cada quatro anos, corresponderá à revisão do Volume I do PNRH - Panorama e Estado dos Recursos Hídricos do Brasil.

1.3. Em 2009, a ANA começou a elaborar os Relatórios de Conjuntura dos Recursos Hídricos no Brasil, apresentando o estado da arte dos recursos hídricos nos aspectos de disponibilidade e gestão. Entre 2010 e 2012, a ANA publicou os Relatórios de Conjuntura dos Hídricos no Brasil - Informe 2010, Informe 2011 e Informe 2012, que são documentos mais concisos que buscam rever as informações do relatório do ano anterior, identificando as principais alterações ocorridas no último ano. O Relatório Conjuntura 2013, denominado relatório pleno, reuniu informações dos quatro anos anteriores à sua publicação.

1.4. A primeira revisão do PNRH aconteceu nos anos de 2010 e 2011, envolvendo consulta aos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos nas 12 Regiões Hidrográficas Nacionais e um seminário nacional de consolidação. A Resolução CNRH nº 135 de 2011 aprovou o documento “Plano Nacional de Recursos Hídricos – PNRH: Prioridades 2012-2015”, que complementa e atualiza o Volume IV – Programas Nacionais e Metas.

1.5. Em 2015, durante a 81ª reunião, a CTPNRH começou a estruturar os seus trabalhos visando à segunda revisão do PNRH, propondo um conjunto de atividades a serem desenvolvidos pela Câmara Técnica, as quais estão descritas no Parecer nº 02/2015-CTPNRH.

1.6. Dentre as atividades propostas, até o momento, a CTPNRH procedeu: i) a avaliação do *Informe sobre a Execução do PNRH no Período 2012-2014 e Perspectivas para 2015* elaborado pela SRHU; ii) a elaboração do Parecer com a análise da implementação do PNRH: Prioridades 2012-2015; iii) a elaboração de minuta de Resolução que “estabelece as prioridades do PNRH para orientar a elaboração do PPA Federal e dos PPAs dos Estados e do Distrito Federal, para o período 2016-2019”.

1.7. Dando continuidade às atividades previstas, durante sua 86ª Reunião, a CTPNRH iniciou a discussão sobre o conteúdo mínimo para o relatório “Conjuntura de Recursos

Hídricos”, em que foram apontadas recomendações em relação à itemização ora proposta, conforme elencadas no próximo item deste Parecer e na minuta de Resolução a ser encaminhada para a deliberação do Plenário do CNRH.

2. RECOMENDAÇÕES RELATIVAS AO CONTEÚDO MÍNIMO DAS ÁREAS TEMÁTICAS DO RELATÓRIO DE CONJUNTURA DOS RECURSOS HÍDRICOS

2.1. De acordo com a Minuta de Resolução, o conteúdo mínimo do relatório deverá abordar as seguintes áreas temáticas: i) Situação dos Recursos Hídricos; ii) Situação da Gestão dos Recursos Hídricos; e iii) Situação da Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos.

2.2 Área temática sobre “Situação dos Recursos Hídricos”

2.2.1 A área temática sobre “Situação dos Recursos Hídricos” deverá incluir, no mínimo, os seguintes aspectos: I - Disponibilidade hídrica; II - Qualidade das águas; III - Demandas e Usos Múltiplos; IV - Balanço hídrico; V - Eventos hidrológicos extremos; e VI - Conflitos pelo uso da água.

2.2.2. No Art. 2º foi sugerida a inclusão de um item relativo à “efetividade sócio econômica do uso da água”, o que foi apoiado por alguns membros da CTPNRH. Porém, a Câmara Técnica não aprovou a inclusão deste item na Resolução por entender as dificuldades metodológicas atuais de realizar esse diagnóstico. A partir da apresentação da ANA sobre o Estado da Arte das Contas Econômicas e Ambientais da Água (91ª Reunião CTPNRH), as limitações metodológicas atuais para tratar desse tema ficaram ainda mais evidentes, não excluindo-se a possibilidade de sua consideração futura na medida que a evolução metodológica para a coleta e o tratamento das informações pertinentes. Assim, para contornar o impasse sobre a inclusão deste, assim como de outros itens que possam ser identificados como relevantes e passíveis de levantamento e monitoramento, sugeriu-se a inclusão do seguinte parágrafo no Art. 2º:

Parágrafo Único: O CNRH, a partir de parecer da CTPNRH, poderá sugerir a inclusão de aspectos a serem considerados sobre a “Situação dos Recursos Hídricos” na medida que a evolução metodológica para a coleta e o tratamento das informações pertinentes permita seu levantamento e seu monitoramento.

2.2.3. Como recomendações em relação à área temática “Situação dos Recursos Hídricos”, a CTPNRH considera importante e sugere as seguintes melhorias nos Relatórios de Conjuntura:

- Apresentar indicador de reservação *per capita* para as bacias hidrográficas (p.ex. volume efetivamente estocado *per capita*) no ano de referência do relatório;
- Apresentar levantamento das intervenções estruturais relativas a transposições entre bacias hidrográficas e a reservação com foco na segurança hídrica (incluir informações sobre existência de cobrança para a região receptora);
- Esclarecer sobre a periodicidade e a sazonalidade das coletas das informações de qualidade de água apresentadas no Relatório;
- Apresentar, quando disponíveis e em escala apropriada, informações mais detalhadas sobre os sistemas de tratamento de água e esgotos em regiões metropolitanas (localização dos pontos de captação e lançamento, percentual de coleta e tratamento de esgoto e a eficiência nos processos de tratamento de esgotos);
- Apresentar, quando disponíveis e em escala apropriada, informações sobre boas práticas quanto ao uso racional da água, iniciativas de reuso e de armazenamento de águas pluviais;
- Esclarecer que o balanço hídrico apresentado no relatório não leva em consideração a dominialidade dos cursos d’água.

2.3 Área temática sobre “Situação da Gestão dos Recursos Hídricos”

2.3.1. A área temática sobre a “Situação da Gestão dos Recursos Hídricos” deverá incluir, no mínimo, os seguintes aspectos: I - Atuação dos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos – Singreh; II - Articulação e integração da Política de Nacional de Recursos

Hídricos e políticas setoriais; III - Alterações Institucionais e Legais; VI - Implementação dos Instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos pela União e pelos Estados; V - Regulação de uso de recursos hídricos; e VI - Segurança de barragens.

2.3.2. Como recomendações em relação à área temática “Situação da Gestão dos Recursos Hídricos”, a CTPNRH considera importante e sugere as seguintes melhorias nos Relatórios de Conjuntura:

- Apresentar, quando disponíveis, informações sobre a situação de atendimento ao enquadramento dos corpos d’água (superficiais e subterrâneos), apresentando análises por parâmetro ou por meio de índices (p.ex. Índice de Conformidade ao Enquadramento), considerando inclusive o aspecto da sazonalidade do atendimento;
- Apresentar, quando disponíveis, informações sobre a situação da capacidade e dos resultados da fiscalização direta e indireta dos usos (de recursos superficiais ou subterrâneos) outorgados no Brasil pela ANA e pelos estados (p.ex. percentual fiscalizado dos volumes outorgados e/ou das outorgas);
- Apresentar, quando disponíveis e em escala apropriada, informações mais detalhadas sobre a segurança de barragens, incluindo o panorama da fiscalização e classificação segundo categoria de risco, frequência das inspeções de segurança e de monitoramento;
- Abordar, dependendo da disponibilidade de informações, a situação da implementação dos planos de recursos hídricos estaduais e de bacias hidrográficas (interestaduais e estaduais);
- Comentar sobre as limitações e desafios encontrados para a consolidação dos princípios da Lei nº 9.433/97 e para a implementação dos instrumentos de gestão dos recursos hídricos preconizados por ela (enquadramento, planos de recursos hídricos, cobrança, e sistema de informações sobre os recursos hídricos);
- Abordar a situação e os desafios enfrentados pelos entes do Sistema Nacional de Gerenciamento de Recursos Hídricos (SINGREH), especialmente no que concerne a autonomia na aplicação de recursos, procurando evidenciar os limites, possibilidades e efetividade institucional dos entes do SINGREH;
- Mencionar os problemas e as alternativas para melhoria na definição e priorização da aplicação dos recursos da cobrança (referente à parcela de 0,75%);
- Apresentar o detalhamento dos recursos alocados em gestão de recursos hídricos (royalties, compensação financeira, etc), bem como informações sobre os fundos existentes (federais e estaduais, quando disponíveis) para investimento no setor (quanto foi investido e em quais áreas).

2.4 Área temática sobre “Situação da Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos”

2.4.1. A área temática sobre a “Situação da Implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos”, deverá incluir, no mínimo, os seguintes aspectos: I - Atendimento às prioridades do PNRH; II - Recursos alocados para a implementação do PNRH; e III - Monitoramento e avaliação do PNRH.

2.4.2. Como recomendações em relação à área temática “Implementação do PNRH”, a CTPNRH faz referência:

- A necessidade de garantir os mecanismos necessários para que as informações sobre a implementação do PNRH sejam obtidas em tempo hábil para publicação dos relatórios de conjuntura;
- A importância da implantação do Sistema de Gerenciamento Orientado para Resultados do PNRH (SIGEOR/PNRH), de forma a fornecer relatórios gerenciais anuais contendo a situação da implementação do PNRH, tendo por referência os indicadores de desempenho do PNRH.

3. CONCLUSÕES E RECOMENDAÇÕES FINAIS:

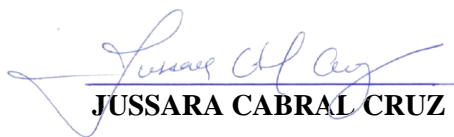
3.1. Por fim, cabe registrar o reconhecimento da CTPNRH em relação aos esforços da ANA para a melhoria contínua do Relatório de Conjuntura, de forma a monitorar a situação dos recursos hídricos, do ponto de vista da quantidade e da qualidade, e de avaliar a evolução da gestão desses recursos. No entanto, esta Câmara Técnica ressalta a importância de que o Relatório de Conjuntura dos Recursos Hídricos funcione efetivamente como uma ferramenta de apoio para avaliação do grau de implementação do Plano Nacional de Recursos Hídricos (PNRH), assim como para orientar suas revisões ou atualizações.

3.2 Em relação às recomendações gerais para o relatório de conjuntura, a CTPNRH aponta:

- a importância de que os relatórios quadrienais contenham as informações relativas aos quatro anos anteriores à sua publicação; e
- a necessidade do aprimoramento contínuo da disponibilidade e do acesso das informações apresentadas nos relatórios de forma a contribuir para a uma melhor atuação dos entes envolvidos na gestão de recursos hídricos.

Este é o Parecer.

Em, 05 de outubro de 2016.


JUSSARA CABRAL CRUZ
Presidente da CTPNRH/CNRH